

O SINTEGO INFORMA

Os/as Administrativos/as da Rede Municipal de Educação de Goiânia, iniciaram no dia 2 de outubro de 2023 o movimento grevista reivindicando três pontos: equiparação do auxílio locomoção, pagamento do reajuste da data-base 2023 e o Novo Plano de Carreira. Até a data de hoje, 9 de outubro, a Prefeitura de Goiânia, não apresentou nenhuma proposta concreta para as reivindicações dos/as trabalhadores/as.

O SINTEGO realizou na última sexta-feira (6), uma Assembleia em frente à Câmara Municipal e os Administrativos/as votaram pela continuidade da greve. Além de mobilização nas redes sociais, também foi aprovada uma nova Assembleia no dia 16 de outubro, às 9h, no Paço Municipal.

PODER JUDICIÁRIO: Na manhã do dia 9 de outubro, o SINTEGO foi surpreendido com a notícia de que o Município de Goiânia protocolizou ação judicial com pedido de medida liminar, contra a informação veiculada pela entidade sindical, no que tange à greve dos/as trabalhadores/as Administrativos/as da Educação municipal, envolvendo a "substituição desses trabalhadores por empregados da Companhia de Urbanização de Goiânia – COMURG e da Agência Municipal do Meio Ambiente – AMMA" (trechos da petição inicial).

Referida demanda judicial foi ajuizada no plantão judiciário da tarde do último sábado, dia 07/10/2023, com concessão da medida liminar pleiteada pelo Município de Goiânia no dia seguinte, domingo, 08/10/2023, pela juíza Doutora Ana Claudia Veloso, determinando que o sindicato cessasse imediatamente a distribuição e veiculação dos panfletos ou qualquer outro "informe", seja ele virtual ou físico, sob pena de multa diária de 10 mil reais.

Nesta demanda, alega o Município que as informações dos panfletos em questão tratam-se de "fake news", e que visam "ludibriar, aterrorizar e usar destas pessoas que tem acesso ao referido panfleto". Ressalta ainda a municipalidade o receio de que "estas pessoas aterrorizadas com estas fake news impeçam a entrada de servidores municipais (da COMURG e AMMA) no ambiente escolar, sob a fundamentação de 'proteção às crianças'" (trechos da petição inicial).

Diante da medida concedida e nos termos da legislação vigente, o SINTEGO informa que adotou as providências jurídicas cabíveis e aguarda a posição do Poder Judiciário destes recursos. Reafirma o sindicato nesta oportunidade que em hipótese alguma faz ou fez o uso de fake News ou mecanismos para aterrorizar pessoas. Os alertas emitidos são verídicos, propiciando aos envolvidos e interessados a maior transparência que requer a situação. O cuidado com as crianças e menores é uma das prioridades da entidade sindical, assim como a resolução da situação posta junto ao Município de Goiânia.

Em paralelo, o sindicato continua buscando as negociações junto ao Paço Municipal, para que a categoria avalie uma proposta concreta e decida os rumos do movimento.

Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás



MARIA EUZÉBIA DE LIMA (BIA)
-Presidente Estadual-